

# Partidos e tráfico de influência

29 FEV 1996

José Sarney

CORREIO BRAZILIENSE

Embora em lugar impróprio, o presidente Fernando Henrique Cardoso levantou um tema cujo debate deve ser colocado no primeiro plano da vida do país: a influência do corporativismo sobre as instituições. Citou, como um dos numerosos exemplos desses grupos de pressão, os partidos políticos.

É uma definição clássica a de que a sociedade democrática é feita de conflitos, os quais, ao contrário do que se pode supor, não são uma manifestação patológica, mas de sanidade. Com atuação em todo o corpo social, os grupos de pressão constituem, assim, um mal necessário. É dessa diversificação de interesses, colcha de retalhos, que se forma a sociedade democrática. Portanto, o problema a discutir-se é a maneira de atuação desses grupos e a sua legitimidade. É preciso entender com clareza a natureza dos conflitos. Uns têm a marca da legitimidade, outros são impostados, alguns construídos, muitos equivocados, não poucos imorais, e há até os criminosos. Mas há, em contrapartida, os conflitos saudáveis, generosos, altruísticos, aqueles que buscam o êxito de idéias políticas e religiosas. Mas, qualquer que seja a sua organização, o seu funcionamento dentro da sociedade, eles serão sempre o resultado da ação de um grupo de pressão.

Exemplifiquemos: os trabalhadores organizados que deflagram uma greve, por motivos de interesse salarial, o fazem num conflito legítimo. Já uma greve por motivos políticos e que se revista de uma reivindicação de classe é um conflito construído. Um movimento religioso que pregue a salvação, difunda princípios morais e aponte como caminho o Evangelho, é um grupo de pressão legítimo. Já um outro que se constitua com essa finalidade e a use para fins espúrios, é um grupo de pressão ilegítimo. E por aí segue.

É complexa, porém, a tarefa de classificar e distinguir os grupos de pressão dentro da sociedade. Prossi-

gamos nos exemplos: os partidos políticos, na definição clássica, são grupos de pressão que se distinguem de todos os demais. Estes se organizam, não para influenciar o poder, mas para exercer o poder. E o fazem em nome de idéias. Esse foi o campo fértil da ideologia. Passa a ser ilegítimo, no entanto, o partido político que se organizou em nome de idéias e de programas, e se transformou num grupo de interesses pessoais e de outra natureza que não os do bem público. E se um Congresso, composto por membros de partidos constituídos para o exercício da atividade política, passa a decidir na base de interesses pessoais ou de grupos, ele também se torna ilegítimo. E aí entramos num terreno movediço e difícil. Quem será o árbitro para declarar essa ilegitimidade? Num passado não muito remoto, tiranos, caudilhos, ditadores, grupos militares, salvadores messiânicos assumiram essa função, e constituíram um único poder, o poder pessoal, inimigo das liberdades.

A democracia liberal construiu uma forma de julgamento: o voto popular, as eleições periódicas, nas quais as instituições são julgadas e seus membros punidos ou reconhecidos, perdendo ou ganhando eleições. Por isso mesmo, Churchill dizia que a democracia era o pior sistema político, mas que, infelizmente, não existia melhor. O nosso sempre saudoso Otto Lara Resende gozava com muito humor: "Se o povo não escolhe bem e não presta, só resta um caminho — dissolver o povo..."

Mas o assunto é grave. Com o fim da luta ideológica e dogmática, os programas partidários envelheceram. Não representam mais nada e ninguém os lê ou examina nas eleições. E aí tem razão o sociólogo Fernando Henrique Cardoso: é grande o perigo da sedução corporativista. Mas esse fenômeno não é apanágio dos partidos nem do Congresso. Está presente também nos poderes Executivo e Judiciário. Per-

tence à sociedade como um todo. A sociedade organizada tornou-se corporativista e egoísta. Há fato mais chocante do que, numa greve do setor de saúde (grupo de pressão), os pronto-socorros ficarem fechados, como se fosse possível decretar-se que naqueles dias ficam suspensos os acidentes, os enfartes e todos os males de urgência? E os setores essenciais à vida da população? Aqui não há nem como invocar espírito público, quando há um sentimento mais próximo e forte: a caridade.

Mas há outro corporativismo mais hediondo, que é o dos que dominam os setores mais privilegiados da sociedade e decretam os preços, arbitram os salários, aumentam as mensalidades, fazem acordos de preços, constituem oligopólios, monopólios e tudo mais. Olho neles.

Outro problema que aflora nesse mundo é o do *lobby*. O *lobby*, atividade regulamentada nos Estados Unidos, e aqui objeto de um projeto do então senador Marco Maciel, devia ter a função de esclarecer os que decidem, abordar aspectos ligados ao assunto, sob a óptica dos interessados, de forma legal e transparente. Mas o que está ocorrendo? É o tráfico de influência revestido de *lobby* e então não há como distinguir uma coisa da outra.

Assim, é preciso separar grupos de pressão, *lobbies*, tráfico de influência e corporativismos, todos inimigos da dignidade de uma sociedade democrática, quando se colocam a serviço de interesses individuais e corporativistas.

Nesse furacão está o núcleo gerador da corrupção e da falência das instituições.

Discutir esses temas é necessário. E tempo bom para isso é a Quaresma, período propício à reflexão e à meditação.

Não tenhamos receio de cortar na carne e examinar o assunto em profundidade e em todas as direções, sem oportunismo nem demagogia.

José Sarney é presidente do Senado Federal